COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO TIMOR-LESTE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO VII PREÇO AVULSO: 50$00 Nº 69 OUTUBRO 1991

"A independência não é um fim em si ..."

O periódico da Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste Neon Metin, **na sua edição de Maio deste ano, traz uma longa entrevista com Hodu Ran Kadalak, Vice-secretário da Comissão Directiva da Fretilin (CDF), onde este faz o balanço de 17 anos de história da Fretilin.São excertos dessa entrevista que hoje publicamos.**

Companheiro Hodu Ran Kadalak, na qualidade de Vice-secretário da CDF, pode-nos dar um bosquejo de relance sobre o desenvolvimento da Fretilin ao longo dos últimos 17 anos de História da Libertação de Timor-Leste?

(...) Como toda a gente sabe, a ASDT/Fretilin nasceu da determinação de um punhado de patriotas timores, todos social-democratas, que, interpretando correctamente os anseios do nosso Povo, se decidiram a unir todos os filhos de Timor-Leste neste objectivo supremo - Independência Nacional.

Em 11 de Setembro de 1974 a ASDT tornou-se Fretilin, marcando assim a entrada dos estudantes universitários. Foi assim estabelecida uma aliança entre social-democratas e revolucionários marxistas, com base no direito inalienável do Povo Maubere à independência nacional.

Apesar de se ter definido, no seu manual político, como 'único e legítimo representante do Povo de Timor-Leste', *a coligação UDT-Fretilin, quebrada unilateralmente pela UDT, prova que a Fretilin soube respeitar a existência de outros partidos.*

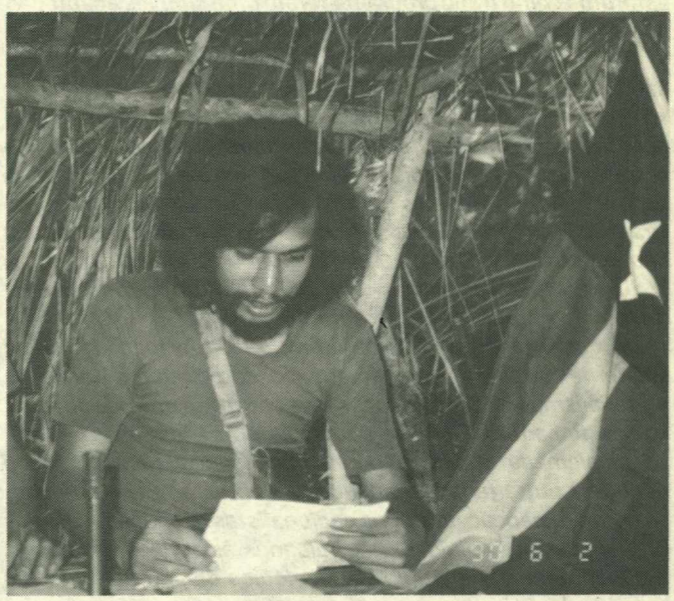
O golpe de 11 de Agosto de 1975 do Sr. Mário Carrascalão e companhia limitada colocou a UDT fora do cenário político de Timor. Aproveitando-se da situação criada pela guerra civil, a Indonésia invadiu Timor-Leste, ocupando-o.

A própria História colocou assim a Fretilin como o único Movimento Nacionalista que teve a suficiente coragem de se colocar à frente da heróica resistência do nosso Povo à vil e vergonhosa ocupação militar indonésia.

Em Março e Abril de 1977 realizou-se a reunião do CSL (Conselho Superior da Luta). O objectivo essencial da reunião era clarificar aos membros do CCF [Comité Central da Fretilin] *a estratégia e tácticas da luta e estudar formas de implementação de uma estrutura democrática com eleições autárquicas e gerais de representantes populares para uma futura Assembleia Legislativa.*

Entretanto foi também aí que se ouviu falar das características de um partido revolucionário de tipo novo - o partido M-L [marxista-leninista].

Em 1978 o Bureau Político do CC já possuía planos para a formação desse partido, planos que não puderam ser materializados em virtude das campanhas de cerco e destruição do IN.



Estive duas semanas no local da já citada reunião e pude aperceber-me da existência de três grupos, ideologicamente falando:

- os estudantes universitários, que além de possuírem uma forte influência política sobre o Povo e as Forças tinham o apoio do saudoso Presidente Nicolau Lobato. É natural que detivessem essa influência pois entregavam-se à luta com ardor, viviam as preocupações das populações sofrendo com elas. Muito humanistas, opunham-se à prática de fuzilamentos e de violência arbitrária praticadas por social-democratas como Alarico Fernandes;

- os social-democratas, na sua maioria militares, encabeçados por Alarico e Xavier [Xavier do Amaral, à época presidente da Fretilin]. *E mesmo esses todos, pouco ou nada entendiam de um programa social-democrata. Nas duas anteriores reuniões, de Soibada e de Fatuberliu, tinham demonstrado total incapacidade de se afrontarem com os universitários que já possuíam uma incontestável formação política e ideológica;*

- uma maioria intermediária, na sua maioria jovens dos 25 aos 30 anos, entre os quais se encontravam também os meus irmãos Xanana e Bukar, praticamente papel branco em política e não foi nada difícil aos marxistas escreverem nesse papel os

Neste número:

- Entrevista de Hodu ao "Neon Metin";
- DPP: desfecho imprevisível;
- Tensões no seio da Asean.

lindos sonhos marxistas.

Na altura, por necessidade da própria luta e nas condições em que a única literatura política se limitava a dois pequenos volumes de conceitos gerais do materialismo histórico e o livrinho vermelho de Mao-Tsé-Tung, essa era a única política que se podia aprender e não devo negar que isso ajudou muito os nossos quadros a resolverem os problemas de toda a ordem que surgiam no seio das populações.

Mas quando se falou do partido M-L houve duas reacções opostas:

- a ala social-democrata comentou nos bastidores: 'qualquer dia até os brincos das nossas mulheres vão parar às mãos do Estado';

- os membros jovens, empolgados pelo sonho de um paraíso para Timor-Leste, acharam a aventura fascinante.

Entretanto, as campanhas de cerco e destruição das Bases da Resistência impediram que o Bureau Político materializasse o plano sobre a criação de um partido M-L.

Em meados de 80 Xanana, ao passar para os centros numa situação de caos e confusão, encontra entre velhos documentos do Comité Permanente, o projecto de criação do Partido M-L e decide estudá-los.

Em Janeiro de 1981 Xanana Gusmão apresenta aos quadros e delegados à Conferência Nacional vários documentos entre os quais o projecto do partido M-L. Tanto os seus estatutos como o seu programa foram uma simples adaptação dos anteriores estatutos e programas da Fretilin. (...).

Qualquer um podia dizer-nos o seguinte: 'afinal vocês nem sabiam o que estavam fazendo?! ...'.

Talvez fosse verdade! Mas todo o Povo Maubere tinha demonstrado uma inabalável determinação de prosseguir a resistência. As organizações clandestinas, organizadas espontaneamente pelos patriotas, estendiam-se da Ponta Leste às Fronteiras. E nós sabíamos que sem direcção política não era possível garantir a continuidade da luta. (...).

Uma olhadela às nossas condições da altura pode esclarecer melhor:

a) como já disse a única literatura de formação política existente na altura eram dois livros de conceitos gerais de materialismo histórico, inacessíveis para a maioria dos quadros que só tinham a 4ª classe do ensino primário;

b) além da opção marxista não havia e nem apareceu nenhuma outra tendência política a contestar a via marxista, só com a excepção de alguns nacionalistas despolitizados mas profundamente religiosos e arreigados às tradições feudais. Era incontestável a influência ideológica da anterior direcção sobre todos;

c) todos os novos membros da nova direcção tinham sido eleitos entre os quadros médios e não possuíam nenhuma experiência em questões de direcção global do processo. E mesmo os dois sobreviventes também não possuíam lá muita experiência. Dentro destas condições específicas que mostravam as nossas enormes limitações, mesmo que quiséssemos fazer algo diferente não era possível! As únicas e poucas ideias que conhecíamos sobre como dirigir eram as marxistas! ...

A criação do partido M-L foi um passo em falso. Mas foi um importante passo na medida em que nos proporcionou a experiência que necessitávamos para conhecer o erro e corrigi-lo com firmeza. (...) O fundamental era assegurar a continuidade da resistência do nosso Povo, em correspondência com a vontade de todos os timorenses cujo anseio supremo é viver numa Pátria livre e independente.

Em Março de 1983 o CCF proclama a política de unidade nacional. Tínhamos tomado consciência da autêntica realidade de Timor-Leste e sua evolução que nos impunha uma linha de comportamento mais realista e pragmática. (...).

Em Novembro de 84 o CCF toma a decisão de dissolver o partido M-L, aliás a própria proclamação da política de unidade nacional tinha decretado a morte desse partido. Mas na altura havia ainda certa oposição. Só depois do fracasso da tentativa de Kilik e Mauk Moruk [comandantes das Falintil que se entregaram aos indonésios] *de tomar o poder* "a bem ou a mal, para salvaguardar a vida do partido M-L", *como Mauk* [também conhecido por Paulino Gama, a viver actualmente em Portugal] *gostava muito de dizer, é que se provou que as Falintil já possuíam um alto espírito de responsabilidade e que de facto se tinham transformado nos verdadeiros guardiões da unidade nacional. Nestas condições, a dissolução do partido M-L já não constituía um problema.*

A partir de 85 a Fretilin recuperou plenamente e com mais força ainda o seu estatuto de Movimento Nacionalista que reúne as mais diversas tendências políticas e ideológicas no objectivo fundamental de independência nacional.

A Fretilin não é uma ideologia, mas acima de tudo um programa político. Todo aquele que aceita esse programa é da Fretilin. (...).

Pode o companheiro explicar-nos as razões que levaram a Fretilin a retirar a sua reivindicação de único e legítimo representante do Povo Maubere?

Durante as Bases de Apoio nenhum outro partido ou Movimento Nacionalista se prestou a lutar pelos sagrados direitos do Povo Maubere. Queira-se ou não se queira, a realidade era esta: a Fretilin foi a única que na frente armada, política e diplomática se manteve firmemente na luta, continuando a erguer a bandeira da independência nacional.

Só em 82/83 começamos a notar a acção da UDT de Lisboa, através das emissões da BBC que faziam referências a um "GATIMOR". Só aí compreendemos que pelo menos os representantes da UDT em Lisboa não se tinham vergado. Ao mesmo tempo a Igreja de Timor-Leste começou a tornar-se mais activa na defesa dos direitos do nosso Povo à liberdade e justiça e reparámos também que os nacionalistas independentes manifestavam-se dispostos a lutar mas não aceitavam integrar-se na Fretilin.

Esta nova realidade surgida do desenvolvimento da nossa luta aconselhava-nos uma nova atitude política. Daqui nasceu a nova política de unidade nacio-nalista com base na unidade de movimentos e partidos nacionalistas. (...).

Os poderosos países do Ocidente (...) ajudaram assim os ocupantes indonésios a isolarem-nos nas montanhas. Mas na realidade os nossos únicos amigos não foram somente as montanhas. Os nossos aparelhos de ondas curtas permitiam-nos ver o que os picos azulados não nos podiam proporcionar: acompanhar o desenvolvimento mundial.

E já desde 81/82 que tínhamos compreendido que a única solução viável para a problemática das lutas de libertação nacional era a solução político-diplomática por via de negociações pacíficas. (...).

Ao mesmo tempo começamos a apercebermo-nos das enormes dificuldades económicas que os países recém-independentes estavam passando e horrorizava-nos a perspectiva de o nosso pequeno e pobre país vir a ser transformado num cenário de lutas fratricidas. Ao mesmo tempo apercebemo-nos da crescente incapacidade do chamado bloco de países socialistas desenvolvidos de proporcionar um devido apoio aos países recém-independentes que tinham optado pela via do desenvolvimento marxista e começamos a reparar também que aqueles que mais condenavam o neocolonialismo eram também os que começaram a franquear as portas e a estimular investimentos estrangeiros.

A independência não é um fim em si mas um meio para o progresso e desenvolvimento do nosso Povo. E a olhar para o enorme sub-desenvolvimento do nosso país, para a pobreza e miséria reinante no seio das nossas populações, convencemo-nos a nós mesmos de que não seria com belos sonhos que iríamos satisfazer as necessidades do nosso Povo. (...).

O Povo Maubere é uma diversidade de grupos sociais e tendências políticas e ideológicas. Para consolidar a unidade nacional no objectivo prioritário de libertação da Pátria era preciso garantir a todos os filhos de Timor-Leste que o futuro

regime político que propugnamos para o Timor-Leste independente será verdadeiramente livre e democrático, que a todos os filhos de Timor-Leste serão proporcionados iguais oportunidades de serem também donos da terra onde nasceram e de demonstrar quanto valem na contribuição que a cada um cabe também dar para engrandecer a nossa nação.

A citada reivindicação de exclusividade de representação do Povo pela Fretilin, mesmo que fosse puramente teórica, era uma fonte de desconfiança que a ninguém interessava manter e por isso se impunha a sua eliminação. (...).

E quais foram as razões que levaram o CCF a concordar com o apartidarismo das Falintil?

O apartidarismo das FFAA foi uma consequência da opção pela política de unidade nacional, ou seja, pelo regime político pluripartidário. Em todos os países verdadeiramente democráticos é assim: as FFAA devem ser mantidas fora do terreno político partidário. E nós também tivemos a nossa própria experiência. A instrumentalização das FFAA pelos partidos políticos acabou por transformar os antagonismos partidários em guerra civil. (...).

Um Timor-Leste independente no futuro até nem necessitará de um exército permanente. Não temos ninguém para reprimir, não temos ambições territoriais; para manter a ordem interna uma pequena força policial basta.

Desde que a segurança do nosso país seja garantida internacionalmente através de mecanismos adequados, torna-se realmente desnecessário mantermos uma força militar permanente. (...). □

Visita a Timor-Leste: desfecho imprevisível

Ainda hoje, a menos de uma semana da data marcada para a partida, não se sabe se a visita parlamentar a Timor-Leste se realiza ou não. Tendo mobilizado as energias das partes directamente envolvidas (Portugal, Timor-Leste, Indonésia) nos últimos três anos, a iniciativa comporta riscos significativos para todas elas. E, cada uma à sua maneira, acautelou os seus interesses. O desfecho é imprevisível. Nada ficará como dantes.

"COMO VÊ, AQUI TODOS APOIAM A INTEGRAÇÃO!"

Informação Timor-Leste, Dezembro de 1987

PORTUGAL: ESTRATÉGIA, EXIGE-SE

Não será secundário recordar, uma vez mais, que foi a Potência Administrante que colocou a ideia de uma missão parlamentar em cima da mesa de negociações, nas vésperas da realização de eleições gerais na Indonésia. Pairava a possibilidade de se contribuir para uma "solução simples": a verificação de que, votando, o povo timorense aceitava o «status quo», ou seja, a integração na Indonésia. Este procedimento não foi avante, coarctado por uma reunião do Conselho de Estado que não aprovou a proposta. Mas ficou a deixa.

Os negociadores, sempre sob os auspícios das Nações Unidas, retomaram o fio à meada e o parlamento de Jacarta (DPR) convidou oficialmente a Assembleia da República a deslocar-se ao território em "missão de observação". Seguiram-se anos de negociações até à assinatura, em meados de Setembro de 1991, dos "Termos de Referência" que deveriam balizar a visita.

A questão fundamental que se deve colocar neste momento é esta: para Portugal, na sua qualidade de Potência Administrante, o que significa esta visita, no quadro da estratégia traçada pelos órgãos de soberania competentes para a resolução da questão de Timor-Leste?

É isso que, ainda hoje, não é claro. Das referências político-jurídicas - a Carta das Nações Unidas, as resoluções pertinentes da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança, a Constituição da República - à prática diplomática consequente, há muitos passos a dar. Quer o discurso dos mais altos responsáveis do Estado, quer a sua acção política, a nível nacional como internacional, evidenciam um vazio estratégico, uma espera de que acontecimentos exteriores venham delinear o quadro.

Neste momento, é inevitável colocar a questão: e depois da visita? Para lhe responder, há que saber o que se quer, como se poderá lá chegar, mobilizar vontade política firme e recursos humanos e financeiros. A menos que se continue, como durante muitos anos, a tentar esquecer, a tentar minimizar, a recorrer ao improviso quando a escapada não era possível. A dignidade nacional não é compatível com "estratégias" destas. Se a Comunidade Europeia e o Conselho da Europa têm

solenemente declarado estar cada vez mais empenhados na defesa dos direitos humanos em toda e qualquer parte do mundo, Portugal poderá desempenhar, nesse âmbito, um papel relevante.

INDONÉSIA: PERGUNTAS SEM RESPOSTA

Jacarta sabe bem o que quer: manter inalterável o estatuto da "27ª província" e controlar totalmente o território. Objectivos até agora não alcançados, apesar das várias estimativas que os declaravam facilmente exequíveis e apesar do apoio diplomático, económico e militar de grandes potências. Mas as contradições também existem: a polémica, mais ou menos aberta, mais ou menos velada, sobre a política a seguir relativamente a "Tim-Tim", num regime militar autoritário onde a censura é uma peça-chave, provoca, só por si, brechas no sistema. É significativo que tenha sido por causa de uma manifestação de timorenses junto do DPR, na capital indonésia, que um órgão de comunicação social (a revista **Tempo**) tenha tido, pela primeira vez, a ousadia de publicar duas colunas em branco assinalando a peça vitimada pela censura.

A polémica é o resultado da incapacidade de fazer parar o processo de luta de libertação nacional em território ocupado. A visita demonstra bem a contradição: as autoridades indonésias continuam a proclamar que o povo timorense escolheu livremente a integração em 1976 e que os problemas ainda existentes são mero assunto de política interna - mas aceitaram discutir com a Potência Administrante, no âmbito das Nações Unidas; as autoridades indonésias utilizaram todos os meios possíveis para derrotar o povo maubere - mas têm medo de que a chegada de parlamentares portugueses agigante a força moral, a vontade política e a capacidade de acção dos timorenses; as autoridades indonésias dizem estar seguras das suas opções - mas recusam a entrada de determinados profissionais da informação e de organizações de direitos humanos na "sua província".

No entanto, o governo e o presidente indonésios têm uma estratégia, embora pouco imaginativa. Depois da visita, querem que se chegue a um acordo que permita interpretar a participação dos timorenses nas próximas eleições gerais indonésias de Maio de 1992 como uma confirmação da vontade de integração na Indonésia. Esta seria, para o poder colonial, a tradução da fórmula onusiana de **"solução internacionalmente aceitável"**.

Jacarta sabe o que quer, tem apoios, mas também sabe que a vida interna do país não está fácil e não se esquece de fazer algumas perguntas: no momento em que Ali Alatas se candidata oficialmente a Secretário-Geral da ONU, em que se agitam os estudantes, os sindicatos, as organizações de defesa dos direitos humanos e de defesa do ambiente em período pré-eleitoral, em que as contradições no Aceh se afirmam, nas vésperas de Portugal assumir a Presidência da CEE, num cenário internacional mutante e cheio de apelos ao respeito pelos direitos humanos, os riscos da visita compensarão?

TIMOR-LESTE: DETERMINAÇÃO E CORAGEM

Apesar de toda a legislação internacional, apesar da letra e do espírito da resolução 37/30 aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, no quadro da qual foi acordada a visita da DPP, os timorenses nunca foram oficialmente ouvidos **"como parte interessada"**. E, no entanto, quem pode estar mais envolvido e mais interessado do que eles na procura de uma solução negociada que conduza à paz na sua pátria?

O povo maubere nunca desistiu, nem perante os mais duros obstáculos, de lutar pelos seus direitos. Ao contrário, multiplicou e diversificou as suas formas de intervenção, apurou as suas concepções políticas e as suas estratégias de combate nas várias frentes. E quer dizer ao mundo o que sente, o que sofre, o que deseja. Derrubar o muro de silêncio imposto pelas autoridades coloniais de ocupação é um passo indispensável no caminho da liberdade.

Como escreveu um timorense, **"espera-se que esta visita proporcione situações de segurança e liberdade de expressão onde cada um possa exteriorizar o seu patriotismo e os seus motivos de resistência à agressão armada durante esses 16 anos. (...) Timor-Leste é um território não-autónomo com um Povo com a sua própria identidade que tem o direito de ser livre e independente como os outros povos do mundo"**. □

NEM TUDO VAI BEM NO SEIO DA ASEAN

A sublevação no Aceh - uma região no extremo leste de Sumatra marcada por um nacionalismo de profunda raiz religiosa islâmica - e a selvagem repressão militar que se lhe seguiu, veio criar algumas tensões entre o regime de Jacarta e alguns dos seus parceiros na Asean, nomeadamente a Malásia e a Tailândia.

O primeiro destes países tem laços culturais muito vivos com a população do Aceh pelo que existe simpatia a nível popular com a sublevação que encontra alguns ecos no poder político em Kuala Lumpur, ele próprio receoso das ambições hegemónicas regionais da Indonésia. Quanto ao segundo destes países, um editorial e um artigo publicados no jornal de língua inglesa **The Nation** em Agosto deste ano, criticando acerbamente as violações dos direitos humanos praticados pelos militares indonésios no Aceh, provocaram uma reacção violenta da embaixada indonésia em Bangkok que tentou inclusivé pressionar as autoridades tailandesas a intervir junto do **The Nation**, o que estas publicamente recusaram, lembrando a Jacarta que **"na Tailândia existe liberdade de imprensa"**.

Estas fricções pontuais, agudizadas por rivalidades regionais, tornam mais difícil o esforço de Jacarta para ganhar simpatias para as suas causas. Daí a sua insistência na tónica de que **"uma Indonésia social e politicamente instável teria graves consequências para os seus vizinhos"** (embaixador da Indonésia Sabam Siagian in **West Australia**, 31/8/91).

Director: António Pinto Pereira **Proprietário**: Comissão para os Direitos do Povo Maubere
Sede: R.Pinheiro Chagas, 77-2°E, 1000 Lisboa, Tel: 3528718/19/20, Fax: 534009
Impressão: Grafis, Coop. de Artes Gráficas **Tiragem**: 1000 ex. **Assinatura anual**: 600$00
Registo: DGCS nº 112094 Dep. Legal nº 25317